



Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

09 de junho de 2014, das 10h às 12h

ATA – 5ª Reunião

Edifício Martinelli

Presentes: Eliza Odila Donda (Missão Paz), Silvana Abramo (AMATRA 2), Rogério Giannini (CUT-SP), Maíra C. Etzel (INPACTO), Tiago Muniz Cavalcanti (MPT), Dirce Trevisi (MPT – aposentada), Rosane Ramos S. Tanabe (Abit/Sindicato), Wilson J. de Freitas Jr. (SDTE), Juliana F. Armede (SJDC), Beatriz de Barros Souza (SMDHC-CPMig), Clayton W. Borges (CDHIC), Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil), Rosely A. Gati de Cerqueira Cesar (SMADS), Maria da Penha A. Fumagalli (SMPM)

Pautas:

- Inpacto
- Comissões Temáticas – Comissão Temática do Plano Municipal
- Comissões Temáticas – Comissão Temática Fluxograma
- 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar)
- Aprovação PEC 57/1999
- Trabalho Decente (Diagnóstico) – Agenda
- Informes Gerais

A Sra. Marina Novaes iniciou a reunião pontuando que esta teria muito mais informes a serem dados do que pontos de pauta específicos, devido à ocorrência de muitas atividades como a COMIGRAR e a Copa do Mundo. Informou que foram feitas as reuniões das comissões temáticas e que grandes avanços foram dados, portanto seria

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

importante que aproveitassem a reunião para socializar os assuntos tratados. Em seguida, pediu que o Sr. Wilson, novo representante da SDTE para se apresentar.

1) Inpacto

A Sra. Marina informou que a organização InPACTO, a qual a Sra. Maíra representa, tem agora um CNPJ e que então o processo de paridade pode ser finalizado ao contemplar enfim 10 organizações da sociedade civil. Disse que a InPACTO fará uma apresentação formal na próxima reunião e trouxe a tona a ideia surgida durante a reunião da comissão temática, a qual disponibiliza cerca de 10 minutos por reunião para que cada organização da sociedade civil possa se apresentar.

2) Comissões Temáticas – Comissão Temática do Plano Municipal

A Sra. Marina informou que enviou a ata da terceira reunião da COMTRAE e que, após a posição afirmativa de todos os membros presentes, ela foi aprovada. Prosseguiu então para a Comissão Temática do Plano Municipal, informando a presença das organizações InPACTO, Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Ministério Público do Trabalho e Missão Paz. Discorreu sobre a proposta debatida que incluía um esqueleto para o plano municipal que tenha a configuração moldada pelo contexto do trabalho escravo em São Paulo com diagnóstico de problemas e propostas, as diretrizes do plano contendo o enfrentamento, a transversalidade e a participação social. Disse que as ações em geral serão baseadas a partir do estudo do plano nacional e dos planos estaduais, que contém ações gerais, ações de repressão, ações de prevenção, ações de assistência à vítima e de geração de emprego e renda, sendo divididas em ação, parceiros e prazo. Propôs que na próxima reunião da COMTRAE já começasse a ser debatido o plano

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

e informou que há um cronograma a ser seguido por cada organização para a escrita das ações, sendo:

- Ações gerais: Missão Paz e pela SMDHC;
- Ações de repressão: MPT;
- Ações de prevenção: SMS e SMDHC;
- Ações de assistência a vítima: Missão Paz e SMDHC; e
- Ações de geração de emprego e renda pela Inpacto e SMPM.

Disse que por mais que muitas ações fossem espelhadas nos modelos Federal e Estaduais, outras ainda não existem e, portanto devem ser criadas.

Afirmou que este é um aprendizado já obtido através da criação do plano estadual, onde foi feita uma reunião extraordinária para tratá-lo. A Sra. Juliana Armede (SJDC) acrescentou que no caso estadual a minuta foi feita pelo MPT e que a partir desta foram feitas todas as discussões. Disse que foram feitas três reuniões ordinárias e uma extraordinária, sendo que uma delas durou um dia inteiro para que os temas pudessem ser debatidos. A Sra Juliana aproveitou para sugerir que as discussões sejam focadas ao máximo em sanções administrativas no que tange as punições e que também seja focada a questão dos benefícios aos trabalhadores. Disse que no plano Estadual tem sido muito debatida a possibilidade de se realizar políticas afirmativas sob o ponto de vista fiscal e que isso pode ser aplicado também no plano municipal de acordo com as respectivas competências. A Sra. Marina destacou que os esforços estão sendo feitos para que a minuta esteja pronta até o dia 10 de dezembro, que antecede a Semana de Direitos Humanos e para que desta forma possa ser entregue um Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

3) Comissões Temáticas – Comissão Temática Fluxograma

A Sra. Marina disse que a ideia é que sejam construídos os fluxos a partir de casos clássicos de trabalho escravo na cidade. O CDHIC e a Missão Paz ficaram encarregados de trazer a reunião tais casos para que seja ponderado o que pode ser considerado ou não. Além disso, disse que a ideia também é inspirar-se na memória do que já foi construído no âmbito estadual e nos formulários padrões que existem. Considerou que a meta é que se tenha pelo menos um esboço do fluxograma a partir do próximo mês. A Sra. Juliana aproveitou a abordagem para discorrer sobre o histórico da criação do fluxograma no âmbito estadual e tecer sugestões sobre a forma de como construí-lo no plano municipal. Disse que havia um único fluxograma naquele âmbito e que por ser muito complexo e grande gerou críticas por parte das pessoas que não conseguiam entendê-lo claramente. Explicou que ele foi construído no âmbito do comitê de tráfico de pessoas, onde houve grande debate entre as instituições presentes no que se refere às competências de cada instituição na aplicação do fluxograma. A partir disso, foram desenhados 3 fluxogramas para que as ideias ficassem mais claras e em seguida houve um passo a passo para que todos soubessem as competências e limites de cada instituição, sem focar exclusivamente no direcionamento à assistência social ou na abordagem policial. Pontuou o papel de retaguarda da sociedade civil e seu dever de trabalhar juntamente ao poder público no que se refere ao tema. Destacou a importância desses fluxos para a organização das atividades.

4) 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (Comigrar)

A Sra. Marina passou então para o próximo ponto que tratou da COMIGRAR (Conferência Nacional de Migrações e Refúgio). Passou a palavra para a Sra. Elisa (Missão Paz) que esteve presente no evento. A conferência teve sua primeira edição com duração

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

de três dias. No 1º dia foi assinado um acordo para tratar do fluxo migratório brasileiro. Aproveitou o momento para questionar a Sra. Juliana sobre o Centro de Acolhida para Imigrantes. A Sra. Juliana afirmou que o processo de criação do centro está na sua fase final e que serão necessários mais seis meses para sua conclusão, período no qual será terminada a reforma do galpão. Disse que serão alocadas 60 pessoas para o atendimento no centro e que haverá a partir de agosto uma recepção com programas de informação e centralizada pelo poupatempo. Afirmou que está em andamento a realização de um programa da secretaria da justiça para informações sobre a Defensoria Pública do Estado, emissão de RG e outros. Destacou que é necessário que a Polícia Federal obtenha orçamento para a continuidade do trabalho.

A Sra. Elisa retomou a fala e lamentou que tivesse faltado maior participação dos migrantes na COMIGRAR. Disse que o evento não estava muito organizado, mas ponderou que por ser a primeira edição tudo correu bem. Disse que houve eleição de imigrantes para representação no Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil sobre ações de Migração e Refúgio (CASC-Migrante) da Secretaria Nacional de Justiça. Ela explicou que este Comitê serve como um órgão de representação da sociedade civil junto ao departamento do estrangeiro do Ministério da Justiça para a elaboração de uma política migratória. Fez uma observação referente à emissão emergencial de carteira de trabalho destinada aos imigrantes haitianos e afirmou que o Ministério do Trabalho e Emprego decidiu concedê-las por hora apenas àqueles que vieram do Acre, sem fazê-lo àqueles que vieram diretamente do Haiti ou a imigrantes de outros países. A Sra. Elisa registrou seu repúdio à decisão e afirmou que esta tem caráter discriminatório no que se refere ao atendimento aos imigrantes. A Sra. Marina disse que o Sr. Renato (MTE), representante do órgão na COMTRAE, concorda com a opinião dos membros. Ainda na COMIGRAR foram assinados dois acordos, um com o governo do Estado de São Paulo e outro com o

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

município de São Paulo, ambos referentes à prestação de serviço aos imigrantes. Disse que no caso do acordo assinado com o município se tratou da criação de um Centro de Acolhida e Referência do Imigrante em parceria com a SMADS, com capacidade para atendimento de até 200 imigrantes, juntamente da criação de um balcão de informações para o imigrante. A Sra. Roseli (SMADS) informou sobre o mutirão realizado em uma mesquita para o atendimento a imigrantes Sírios, em parceria com a SMS, SME e SMDHC. O mutirão tratou mais especificamente de ações referentes à saúde.

5) Aprovação PEC 57/1999

A Sra. Marina informou que há duas semanas foi aprovada a PEC 57 de 1999 e passou a palavra para o Sr. Leonardo Sakamoto (Repórter Brasil) para que este explicasse suas implicações. O Sr. Leonardo disse que a PEC foi aprovada com o número 81/2014, que altera o artigo 243 da constituição e prevê o confisco de terras onde for encontrado uso de mão de obra escrava. Sublinhou que além do confisco de imóveis e terras, a PEC prevê também a tomada de todas as benfeitorias que estejam presentes nos mesmos, destinando os recursos obtidos com investimentos em habitação urbana e reforma agrária. Contou a trajetória da PEC até a sua aprovação, desde o surgimento da primeira proposta em 1995. Alertou para a tramitação de um projeto de lei no congresso que prevê a limitação do conceito trabalho escravo descrita no código penal, retirando de sua caracterização as condições degradantes e a jornada exaustiva. Sugeriu que a COMTRAE se mobilizasse para denunciar a tramitação deste PL e defender a manutenção dos termos no código penal. O Sr. Leonardo informou que na conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) deste ano está sendo discutindo um protocolo/recomendação institucional à convenção 29 que trata do trabalho forçado. O debate centrou-se na discussão sobre garantir que governos e empregadores forneçam

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

subsídios para a inserção das vítimas e prevenção ao trabalho análogo ao escravo, tomando como base um viés de direitos humanos. Atentou para o fato de ter surgido debates sobre a responsabilidade das empresas sobre suas cadeias produtivas. A Sra. Silvana Abramo (AMATRA) disse que foi feita uma moção de repúdio ao projeto de lei que limita o conceito de trabalho escravo previsto no artigo 149 do código penal na COMIGRAR e sugeriu que a COMTRAE fizesse o mesmo. A Sra. Dirce perguntou se a decisão final da OIT sobre a questão do trabalho escravo pode influenciar a tramitação do projeto de lei no congresso. O Sr. Leonardo respondeu que acredita que uma possível recomendação ou protocolo endereçado ao Brasil pela OIT que defenda o atual conceito de trabalho escravo possa ajudar a barrar o projeto de lei, porém acha difícil que os membros da bancada ruralista no congresso mudem de ideia de alguma forma. Ponderou, porém, que o fato de o Brasil ser referência internacional no enfrentamento ao trabalho escravo possa ajudá-los nesta causa. A Sra. Marina sugeriu que fosse feita uma nota da COMTRAE a respeito do tema a ser aprovada na próxima reunião e divulgada pelos membros.

6) Trabalho Decente (Diagnóstico) – Agenda

A Sra. Marina informou que houve nos dias 26 e 27 de maio um evento para marcar o diagnóstico no município de São Paulo sobre o trabalho decente. Disse que está sendo criada uma agenda municipal para o trabalho decente, liderada pela SDTE, e contando com o apoio da SMDHC no que se refere ao enfrentamento ao trabalho escravo e o trabalho infantil. Explicou que a agenda está sendo elaborada por uma comissão e que a proposta é que a COMTRAE seja um membro parceiro neste projeto. A Sra. Juliana aproveitou a oportunidade para falar sobre a Comissão Estadual do Trabalho Decente. Disse que estão havendo tentativas de incluir a pauta do trabalho escravo na agenda da

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

comissão. Também ponderou que pode haver uma troca de ideias de ação entre o que está sendo discutido na comissão estadual e a sua eventual aplicação na COMTRAE, como por exemplo a criação de microcrédito para trabalhadores migrantes e/ou vulneráveis ao trabalho escravo.

7) Informes

A Sra. Marina informou que dia 19 de junho irá representar a prefeitura de São Paulo no encontro de cidades Iberoamericanas na Cidade do México, que irá tratar de boas experiências de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Disse que aproveitará a oportunidade para divulgar o trabalho da COMTRAE no município de São Paulo. A Sra. Silvana informou que a ANAMATRA possui cartilhas de educação sobre o trabalho que são distribuídas em escolas e se comprometeu a levar na próxima reunião da COMTRAE. A Sra. Juliana sugeriu que as apresentações das organizações da sociedade civil membros da COMTRAE fossem feitas também por escrito e enviada por e-mail aos membros. O Sr. Rogério Gianini (CUT) sugeriu que a moção de repúdio ao PL que reduz o conceito de trabalho escravo aprovada na COMIGRAR fosse enviada aos membros da COMTRAE. A Sra. Marina informou que a próxima reunião ordinária da COMTRAE será no dia 7 de julho. Disse que a primeira pauta garantida será o início da discussão do plano municipal para a erradicação do trabalho escravo.